

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	504.397
Preferenciais	0
Total	504.397
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.589.520	2.476.832
1.01	Ativo Circulante	391.529	166.976
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.277	60.213
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.644	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	53.644	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	53.644	0
1.01.03	Contas a Receber	27.140	25.167
1.01.03.01	Clientes	27.140	25.167
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	27.140	25.167
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.654	2.190
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.654	2.190
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.642	2.173
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperear	12	17
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.151	763
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.151	763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	276.663	78.643
1.01.08.03	Outros	276.663	78.643
1.01.08.03.01	Contas bancárias vinculadas	0	6.966
1.01.08.03.03	Ativo contratual	271.887	71.268
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	4.776	409
1.02	Ativo Não Circulante	2.197.991	2.309.856
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.197.744	2.309.407
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	58.367	62.348
1.02.01.03.01	Aplicação financeira vinculada	58.367	62.348
1.02.01.05	Estoques	0	941
1.02.01.05.01	Estoque - almoxarifado	0	941
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.139.377	2.246.118
1.02.01.10.03	Ativo contratual	2.139.260	2.245.998
1.02.01.10.04	Deposito judicial	0	120
1.02.01.10.05	Outros créditos	117	0
1.02.03	Imobilizado	247	449
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	247	449

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.589.520	2.476.832
2.01	Passivo Circulante	106.137	98.951
2.01.02	Fornecedores	3.714	2.534
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.714	2.534
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.714	2.534
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.795	2.316
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.795	2.316
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.242	0
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	2.403	2.316
2.01.03.01.03	PIS e COFINS diferido	25.150	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	69.236	63.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.395	63.616
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	42.395	63.616
2.01.04.02	Debêntures	26.841	0
2.01.04.02.01	Financiamentos e Debentures	26.841	0
2.01.05	Outras Obrigações	3.392	30.485
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.046	219
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.046	219
2.01.05.02	Outros	2.346	30.266
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	28.396
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	2.192	1.370
2.01.05.02.05	Outras obrigações	154	500
2.02	Passivo Não Circulante	1.451.060	1.457.367
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	976.187	1.001.055
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	530.492	1.001.055
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	530.492	1.001.055
2.02.01.02	Debêntures	445.695	0
2.02.01.02.01	Financiamentos e Debentures	445.695	0
2.02.03	Tributos Diferidos	474.873	456.312
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	474.873	456.312
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição social diferida	276.991	241.965
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	197.882	214.347
2.03	Patrimônio Líquido	1.032.323	920.514
2.03.01	Capital Social Realizado	504.397	476.001
2.03.04	Reservas de Lucros	527.926	444.513

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	318.745	187.899
3.01.01	Receita líquida	318.745	187.899
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.046	-12.380
3.02.01	Custo de construção	-17.000	-12.380
3.02.02	Custo de operação e manutenção	-12.046	0
3.03	Resultado Bruto	289.699	175.519
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.992	-6.002
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.992	-6.002
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	285.707	169.517
3.06	Resultado Financeiro	-100.022	-120.132
3.06.01	Receitas Financeiras	17.017	3.973
3.06.01.01	Receitas financeiras	17.017	3.973
3.06.02	Despesas Financeiras	-117.039	-124.105
3.06.02.01	Despesas financeiras	-117.039	-124.105
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	185.685	49.385
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.272	-1.702
3.08.01	Corrente	-2.245	0
3.08.02	Diferido	-35.027	-1.702
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	148.413	47.683
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	148.413	47.683
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,2999	0,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,2999	0,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	148.413	47.683
4.03	Resultado Abrangente do Período	148.413	47.683

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	193.453	188.172
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-38.264	-17.111
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	148.414	49.385
6.01.01.02	Remuneração do ativo contratual	-288.828	-256.551
6.01.01.03	Receita de operação e manutenção - Ativo contratual	-18.818	-12.265
6.01.01.04	Receita de construção - Ativo contratual	-22.185	83.374
6.01.01.05	Provisões	0	-758
6.01.01.06	PIS e COFINS diferido	8.684	-1.826
6.01.01.07	Juros apropriados sobre financiamentos e debêntures	115.553	122.535
6.01.01.08	Amortização dos custos de transação	906	907
6.01.01.09	Rendimento de aplicação financeira vinculada	-17.017	-1.912
6.01.01.10	Impostos diferidos	35.027	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	231.720	205.677
6.01.02.01	Ativo contratual	238.053	210.688
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-1.973	-3.589
6.01.02.03	Partes relacionadas	822	-1.309
6.01.02.05	Outras contas a receber	-4.368	184
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-388	-644
6.01.02.08	Fornecedores	1.180	599
6.01.02.09	Outras obrigações fiscais	-941	746
6.01.02.10	Taxas regulamentares	87	-1.048
6.01.02.11	Estoque - almoxarifado	0	-16
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	-328
6.01.02.14	Outros impostos a recuperar	-3.475	14
6.01.02.15	Depósito judicial	2.242	-120
6.01.02.16	Outras obrigações	-346	500
6.01.02.17	Imposto de renda e contribuição social	827	0
6.01.03	Outros	-3	-394
6.01.03.01	Contribuição social paga	-3	-394
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.554	0
6.02.01	Títulos e valores mobiliários	6.554	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-179.711	-177.425
6.03.02	Pagamentos de principal de financiamento e debêntures	-51.032	-48.378
6.03.03	Pagamentos de juros de financiamento e debêntures	-84.676	-77.800
6.03.04	Contas bancárias vinculadas	0	-412
6.03.05	Aplicação financeira vinculada	20.998	-835
6.03.07	Dividendos pagos	-15.111	-36.352
6.03.08	Juros sobre capital próprio pagos	-49.890	-13.648
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.258	10.747
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.981	49.466
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.277	60.213

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	476.001	0	444.513	0	0	920.514
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	476.001	0	444.513	0	0	920.514
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.396	0	0	-65.001	0	-36.605
5.04.01	Aumentos de Capital	28.396	0	0	0	0	28.396
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.111	0	-15.111
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-49.890	0	-49.890
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.413	0	148.413
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.413	0	148.413
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.412	-83.412	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	83.412	-83.412	0	0
5.07	Saldos Finais	504.397	0	527.925	0	0	1.032.322

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	476.001	0	453.567	0	0	929.568
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	476.001	0	453.567	0	0	929.568
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-28.341	-28.396	0	-56.737
5.04.06	Dividendos	0	0	-36.352	0	0	-36.352
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-13.648	0	0	-13.648
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio a pagar	0	0	0	-28.396	0	-28.396
5.04.09	Reversão de dividendos de ano anterior	0	0	21.659	0	0	21.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.683	0	47.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.683	0	47.683
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.287	-19.287	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.384	-2.384	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a realizar	0	0	16.903	-16.903	0	0
5.07	SalDOS Finais	476.001	0	444.513	0	0	920.514

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	354.724	210.967
7.01.02	Outras Receitas	354.724	210.967
7.01.02.01	Remuneração do ativo contratual	288.828	256.551
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	18.818	12.265
7.01.02.03	Receita de construção	22.185	-83.374
7.01.02.04	Outras receitas	24.893	25.525
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.629	-18.382
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.629	-18.382
7.03	Valor Adicionado Bruto	322.095	192.585
7.04	Retenções	201	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	201	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	322.296	192.585
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.017	3.973
7.06.02	Receitas Financeiras	17.017	3.973
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	339.313	196.558
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	339.313	196.558
7.08.01	Pessoal	458	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	408	0
7.08.01.02	Benefícios	50	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	74.889	24.770
7.08.02.01	Federais	74.889	24.770
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.553	124.105
7.08.03.01	Juros	115.553	124.105
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	148.413	47.683
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	80.988	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	67.425	47.683

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ARGO VII TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Transmissora Jose Maria De Macedo De Eletricidade S.A. ("Companhia" ou "Argo VII"), submete à apreciação de V. Sas. o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras com o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia iniciou suas atividades em 2022 e tem como missão desenvolver o setor elétrico, respeitando o interesse de todos os envolvidos, atuando de forma ética, eficiente e disciplinada.

Ao apresentar os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, demonstramos nossa intenção de ser uma Companhia arrojada e sempre na busca do equilíbrio entre disciplina financeira, responsabilidade ambiental e progresso social, através de desenvolvimento econômico.

A COMPANHIA

A Transmissora Jose Maria De Macedo De Eletricidade S.A. ("Argo VII ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de janeiro de 2015 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

Em dezembro de 2021 a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro tipo categoria B, sendo a pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("ARGO") assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Em 30 de Novembro de 2022, a Companhia teve suas ações transferidas para a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à Argeb Empreendimentos e Participações S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II; SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II; LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km; LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km; LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km; Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada; LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação comercial em 27 de março de 2018. Por conta de uma emissão de Licença de Instalação em seu menor trecho, no qual corresponde a 1,75% de sua Receita Anual Permitida (RAP) - LT 230kV Igaporã III - Pindaí II, 50km, este trecho foi energizado e disponibilizado para entrada em operação comercial em 17 de abril de 2020, ficando, então, o projeto integralmente concluído.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas: 9.900/2021, 10.413/2021 e 12.294/2022 autoriza a implantação de reforços com a instalação do 2º reator de barras, do 3º Transformador de Força na SE Ourolândia II e do 3º

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Autotransformador de Força na SE Gentio do Ouro II com término da obra previsto para junho de 2023 e junho 2024. Reforços foram aprovados através das seguintes Resoluções Autorizativas ANEEL:

- REA nº 10.413/2021 - Aprovada em 10 de maio de 2022

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ourolândia II, com investimento previsto de 76,8 e Receita Anual Permitida de 9,4.

- REA nº 9.900/2021 - Aprovada em 12 de julho de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ourolândia II, com investimento previsto de 27,4 e Receita Anual Permitida de 3,4.

- REA nº 12.294/2022 - Aprovada em 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento previsto de 76,8 e Receita Anual Permitida de 9,4.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

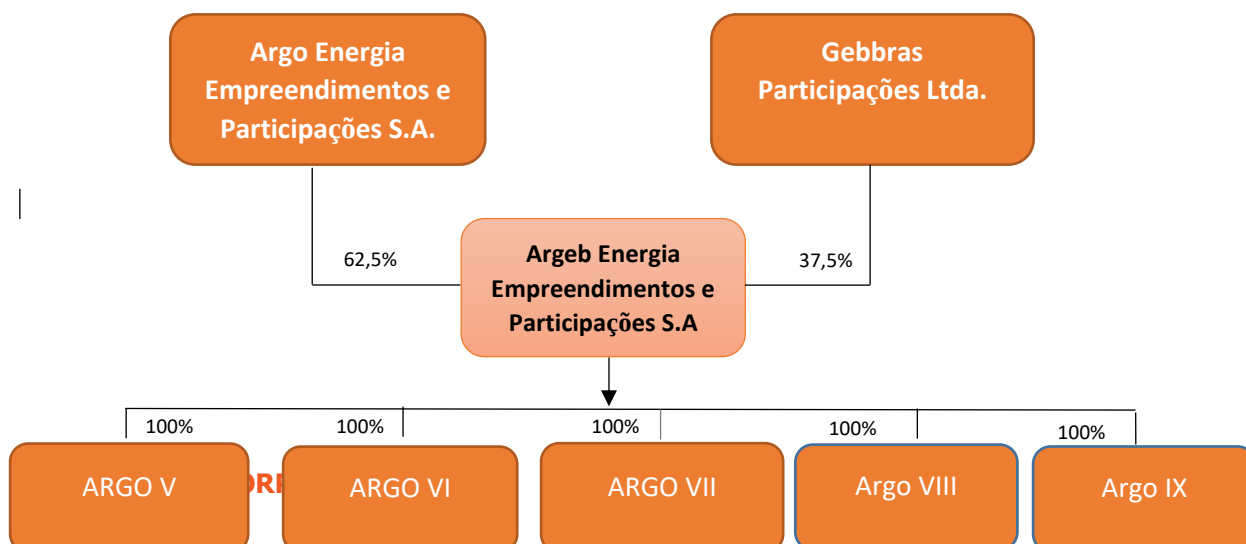
A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$260.506 (valor para o ciclo 2022-2023), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conforme Fato Relevante de 30 de novembro de 2022, a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Gebbras Participações Ltda. passam a ser os acionistas da Argeb, detendo a totalidade das ações ordinárias da Companhia.

Abaixo o organograma do Grupo Argeb Energia em 31 de dezembro de 2022:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Argeb adota diretrizes claras de governança corporativa baseadas em seu compromisso com a ética empresarial e a transparência em todas as áreas de atuação, através do estabelecimento de um conjunto de princípios e normas destinadas a assegurar um comportamento ético e responsável pelo seu grupo de colaboradores.

Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Argeb Energia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que funcionam em conformidade com o Estatuto Social, além das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta e nas políticas de gestão.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Argeb Energia é o órgão da administração responsável pela determinação das diretrizes estratégicas da Companhia, observando a missão, a visão e os princípios corporativos. Seu funcionamento é regulamentado pelo Estatuto Social. Conforme o Estatuto Social, o Conselho será composto por até 6 (seis) membros e seus respectivos suplentes.

Sempre que necessário, o Conselho de Administração se reúne para discutir e avaliar aspectos econômicos, sociais e ambientais que tenham impactos sobre os negócios e a gestão da Argeb Energia.

Diretoria Executiva

A Diretoria da Argeb Energia é responsável pela execução do planejamento estratégico e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, conduzindo os negócios da companhia de acordo com seus princípios e valores.

Ética e Conduta

A Argeb tem a sua atuação marcada pelos mais elevados padrões de ética e conduta – acreditamos que este é um princípio fundamental para a perenidade de nossos negócios. A Companhia possui um código de ética que deve ser rigorosamente cumprido por todos os seus colaboradores e fornecedores. Conduzimos treinamentos periódicos com todos os nossos colaboradores e principais fornecedores, de maneira a difundir e implementar uma cultura de excelência na aplicação das melhores práticas de ética e *compliance*.

A Companhia disponibiliza os seguintes canais de denúncia para que seus colaboradores e público em geral possam manifestar eventuais situações de não-conformidade com seus princípios éticos:

- Por telefone: 0800 377 8038
- Canal de Denúncia: www.canaldeetica.com.br/argoenergia
- Por e-mail: etica@argoenergia.com.br

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações financeiras trimestrais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societárias, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%
Receita operacional líquida	318.809	100%	187.899	100%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custo dos bens construídos e serviços prestados	(25.999)	-8%	(12.380)	-7%
Lucro bruto	289.699	92%	175.519	93%
Gerais, administrativas e outros	(3.992)	-2%	(6.002)	-3%
EBIT	285.707	90%	169.517	90%
Resultado financeiro	(100.022)	-31%	(120.132)	-64%
Imposto de renda e contribuição social	(37.272)	-12%	(1.702)	-1%
Lucro do período	148.415	47%	47.683	25%
Lucro por ação – R\$ (básico)	0,299		0,100	
Lucro por ação – R\$ (diluído)	0,299		0,100	

Lucro bruto

O lucro bruto consolidado, em 31 de dezembro de 2022, apresentou R\$ 289.699 (R\$ 175.519 em 31 de dezembro de 2021) e é composto pela receita operacional líquida, sendo: receita de remuneração do ativo de contrato no valor de R\$ 288.867 (R\$ 256.551 em 31 de dezembro de 2021); receita de construção no valor de R\$ 22.185 (R\$ 0, em 31 de dezembro 2021); receita de operação e manutenção, no valor de R\$ 18.818 (R\$ 12.265 em 31 de dezembro de 2021); deduzindo outras receitas IFRS de R\$ 24.893 (R\$ 25.525 de dezembro de 2021) e pelo saldo constituído no período de PIS e COFINS e encargos regulatórios no montante de R\$ 35.978 (R\$ 23.068 em 31 de dezembro de 2021), deduzida pelos custos de operação e manutenção de R\$ 12.046 (R\$ 12.380 em 31 de dezembro de 2021) e pelos custos de construção de R\$ 17.000..

Despesas operacionais

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 3.992 (R\$ 6.002 em 31 de dezembro de 2021).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro negativo da Companhia totalizou despesas no montante de R\$ 117.039 e (R\$ 124.105 em 31 de dezembro de 2021); refere-se principalmente pelas despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos, e receita financeiras de R\$ 17.017 (R\$ 3.973 em 31 de dezembro de 2021).

Resultado do período

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 148.415 em 31 de dezembro de 2022 e (R\$ 47.683 em 31 de dezembro de 2021).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Meio Ambiente e Responsabilidade Social**

A Companhia tem forte preocupação com relação aos impactos que suas atividades podem gerar à sociedade. Por isso, estamos sempre atentos aos interesses públicos, buscando, em nossa atuação um comportamento respeitoso e uma atitude de diálogo com a sociedade, especialmente com as comunidades do entorno de nossos projetos, buscando também prevenir possíveis situações de conflito e risco.

A Argo VII cumpre a legislação vigente em todas as suas atividades e preocupa-se com o desenvolvimento sustentável do seu negócio. As atividades da Argo VII incorporam o componente socioambiental nas fases de planejamento, construção e operação dos projetos de transmissão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de energia, buscando contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e respeitando os interesses dos envolvidos. Todas as atividades da Companhia são precedidas das licenças ambientais aplicáveis. Exigimos o mesmo padrão para nossos fornecedores e prestadores de serviço.

A estrutura de meio ambiente e responsabilidade social engloba as atividades de:

(i) Mapeamento e Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais nas fases de: avaliação de novos negócios, pré-investimento, estudos ambientais para o licenciamento ambiental, implantação das obras e O&M;

(ii) Seleção e contratação de fornecedores qualificados;

(iii) Mapeamento e engajamento prévio de *stakeholders*, incluindo comunidades e órgãos licenciadores e regulatórios;

(iv) Incorporação das restrições, desafios e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos projetos;

(v) Implantação responsável de programas socioambientais;

(vi) Relatórios periódicos de gestão aos principais *stakeholders*.

O licenciamento ambiental deste projeto é conduzido pelo IBAMA, em Brasília, por meio do rito ordinário com EIA/RIMA. Este projeto possui interface com 5 órgãos intervenientes: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-MA).

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes foram prestados pela mesma apenas serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas

*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Transmissora”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021 a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro tipo categoria B, sendo a pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a ARGEB Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGEB”) assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Em 30 de Novembro de 2022, a Companhia teve suas ações transferidas para a ARGEB. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igarapã III - Pindaí II, 50 km.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

A entrada em operação comercial ocorreu de forma integral em 17 de abril de 2020.

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$260.506 (valor para o ciclo 2022-2023), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas: 9.900/2021, 10.413/2021 e 12.294/2022 autoriza a implantação de reforços com a instalação do 2º reator de barras, do 3º Transformador de Força na SE Ouroândia II e do 3º Autotransformador de Força na SE Gentio do Ouro II com término da obra previsto para junho de 2023 e junho 2024. Reforços foram aprovados através das seguintes Resoluções Autorizativas ANEEL:

- REA nº 10.413/2021 - Aprovada em 10 de maio de 2022

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento previsto de R\$76,8 milhões e Receita Anual Permitida de R\$9,4 milhões.

- REA nº 9.900/2021 - Aprovada em 12 de julho de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento previsto de R\$ 27,4 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 3,4 milhões.

- REA nº 12.294/2022 - Aprovada em 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento previsto de R\$ 76,8 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 9,4 milhões.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – International Financial Reporting Standards”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pela diretoria em 01 de março de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

As informações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022**Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.3 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo,

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.4 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.5 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (a) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (b) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (c) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.6 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de contrato

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) **Receita de construção:** a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 9,69% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 33.553, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que é a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” e o diferimento do imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

3.9 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

a. Ativos financeiros e ativos de concessão

Um ativo financeiro e ativo de concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.11 Normas e interpretações novas e revisadas

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022**

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis	Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros		01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes		01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis		01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis		01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture		Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Caixa e depósitos bancários	27.277	6.981
Total	27.277	6.981

5 Títulos e valores mobiliários**5.1 Circulante**

	31/12/2022	31/12/2021 (Reclassificado)
Títulos e valores mobiliários (*)	53.644	60.198
Total	53.644	60.198

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 80,0% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (75% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. A Companhia em 2022 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da administração na utilização desses recursos.

5.2 Fundos Vinculados – Caixa Restrito

	31/12/2022	31/12/2021
Conta Reserva(**)	58.367	62.348
Total	58.367	62.348

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e Permissionárias	27.140	25.167
Total	27.140	25.167

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2022
Títulos a vencer	22.514

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Títulos vencidos em até 90 dias	2.586
Títulos vencidos há mais de 90 dias	2.040
	27.140

7 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a apropriar (*)	1.151	763
Total	1.151	763

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 25.

8 Ativo da concessão**8.1 Composição do Ativo da concessão**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	1.899.614	1.877.472
Remuneração do ativo de concessão	1.436.271	1.147.404
Recebimentos	(1.005.922)	(769.975)
Receita de operação e manutenção	81.184	62.365
Total	2.411.147	2.317.266
Circulante	271.887	71.268
Não circulante	2.139.260	2.245.998

8.2 Margens de Obrigações e Performance

Margem de Construção	31/12/2022
Receita	22.185
Custos	(17.001)
Margem (R\$)	5.184
Margem Percebida (%)	23%

	31/12/2022	31/12/2021
Margem de O&M		
Receita	18.819	12.265
Custos	(12.046)	(12.380)
Margem (R\$)	6.773	(115)
Margem Percebida (%)	36%	(0,01%)

8.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

2.342.512

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***Saldo em 31/12/2020**

Remuneração do ativo de concessão	256.551
Recebimento	(210.688)
Receita de Construção	(83.374)
Receita de O&M	12.265
Saldo em 31/12/2021	2.317.266

Remuneração do ativo de concessão	288.828
Recebimentos	(235.947)
Receita de Construção (*)	22.182
Receita de O&M	18.818
Saldo em 31/12/2022	2.411.147

(*) Refere-se ao reforço aprovado através das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 9.900/2021 e 10.413/2021 para a instalação de equipamentos para aumento de capacidade de transmissão, de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN, de vida útil e para conexão de novos usuários, a conclusão está prevista para 2023, nas subestações de SE Ouroândia II 3º ATF.

9 Tributos a Recuperar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontra-se logo abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	5.642	2.173
Outros tributos	12	17
Total	5.654	2.190

10 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e Equipamentos	34	(16)	18
Benfeitorias	339	(151)	188
Móveis e utensílios	75	(34)	41
Total	448	201	247

	Saldos em 31/12/2021	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Máquinas e Equipamentos	34	(16)	18
Benfeitorias	339	(151)	188
Móveis e utensílios	75	(34)	41
Total	448	201	247

11 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	3.714	2.534
Total	3.714	2.534

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***12 Financiamentos**

Instituição financeira	Saldo final 31/12/2020	Juros	Pagamento Principal	Saldo final 31/12/2021	Juros e Variação Monetária	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Saldo final 31/12/2022
BNDES Sub. A	631.581	41.281	(77.572)	595.290	49.685	(36.660)	(45.411)	562.904
BNDES Sub. B	11.153	732	(1.352)	10.533	882	(626)	(806)	9.983
Total	642.734	42.013	(78.924)	605.823	50.567	(37.286)	(46.217)	572.887

Classificados como:

Circulante	40.341	42.395
Não Circulante	565.482	530.492

Em 28 de maio de 2018, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade, a companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 687.664.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,19% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito "A" se iniciou em 15 de outubro de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de setembro de 2032. E, a amortização do subcrédito "B" se iniciou em 15 de janeiro de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032.

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2022
2024	43.834
2025	47.415
2026 em Diante	439.243
Total	530.492

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES (Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser preenchida com recursos no valor equivalente ao saldo mínimo da conta reserva do BNDES. Sendo, a partir de 15 de outubro de 2019, 03 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida vencida, caso a cedente possua ICSD anual de, no mínimo, 1,3 e ICP anual de 20%.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e dois décimos).

13 Debêntures

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros % a.a	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures (*)	BRL	15/03/2036	8,28% + IPCA	484.797	472.016
(-) Custo de captação				(12.261)	(13.170)
Total				472.536	458.846

(*) Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade, e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15/06/2018, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Instituição financeira	Saldo final 31/12/2020	Amortizações	Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2021	Juros	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2022
Debêntures	438.750	(47.255)	80.521	-	472.016	64.988	(13.746)	(38.459)	-	484.799
(-) Custo de captação	(14.077)	-	-	907	(13.170)	-	-	-	907	(12.263)
Total	424.673	(47.255)	80.521	907	458.846	64.988	(13.746)	(38.459)	907	472.536

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2022
2024	20.556
2025	23.305
2026	24.340
2027 em Diante	416.596
(-) Custos a amortizar	(12.261)
Total	472.536

14 Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins	2.118	1.891
ICMS - diferencial de alíquota	44	-
ISS de terceiros	240	227
Outros tributos	1	198

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Total	2.403	2.316
--------------	--------------	--------------

15 Obrigações regulatórias

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para P&D	1.657	1.183
Encargos regulatórios a recolher (*)	535	187
Total	2.192	1.370

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

16 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	216.173
Movimentação	(1.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	214.347
Constituição	10.784
Amortização	(2.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	223.031
Classificado como:	
Circulante	25.150
Não circulante	197.882

17 Partes Relacionadas

O saldo do passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 1.046 representa despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Parte relacionada	31/12/2022	
		Ativo	Passivo
Contas a pagar	Argo I	-	1.046
Total		-	1.046

18 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Com isso, em 30 de novembro de 2022, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A., conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia.

Em 28 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital da companhia mediante reversão de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 28.396. Com isso, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 504.397.379,00 (quinhentos e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, e trezentos e setenta e nove reais), dividido em 504.397.379 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Após o aumento do capital, a composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Qnt. Ações	Ações ordinárias	%	Qnt. Ações	Ações ordinárias	%
Acionistas						
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	-	476.001	476.001	100
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	504.397	504.397	100	-	-	-

18.1 Reserva de Lucros**(a) reserva legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$7.421 para constituição da reserva legal.

(b) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$80.986 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

18.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	148.415	47.683
Reserva legal - (5%)	(7.421)	(2.384)
Lucro líquido ajustado	140.994	45.299
Dividendos mínimos obrigatórios – (25%)	35.249	11.325
JCS (*)	(49.890)	(28.396)

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.***Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Provisão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Dividendos por ação	0,299	0,100

(*) O valor pago ao longo do exercício de 2022 de Juros Sobre Capital Próprio é superior ao dividendos mínimos obrigatórios devidos no exercício, sendo assim não foi necessária a realização da provisão de dividendos mínimos obrigatórios.

19 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável. A Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 15.869.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de Construção	22.185	(83.374)
Receita de remuneração do ativo de concessão	288.828	256.551
Receita de operação e manutenção	18.818	12.265
Outras receitas	24.893	25.525
Receita bruta	354.724	210.967
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(8.684)	(20.101)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(24.129)	-
(-) Encargos regulatórios (i)	(3.166)	(2.967)
Receita líquida	318.745	187.899

- (i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

21 Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(33.571)	(15.637)
Pessoal	(457)	-
Arrendamentos e aluguéis	(78)	-
Seguros	(847)	(1.269)
Tributos	(15)	-
Materiais	-	(1.308)
Outros	1.930	(168)
Total custo	(33.038)	(18.382)
Valores alocados a		
Custos dos bens construídos e serviços prestados	29.046	12.380
Despesas gerais e administrativas	3.992	6.002

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

22 Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de títulos e valores mobiliários	16.822	3.763
Outras receitas financeiras	195	210
Total	<u>17.017</u>	<u>3.973</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variações monetárias	(115.553)	(122.535)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	(169)
Outras despesas financeiras	(1.486)	(1.401)
Total	<u>(117.039)</u>	<u>(124.105)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(100.022)</u>	<u>(120.132)</u>

23 Imposto de renda e contribuição social**23.1 Reconciliação da alíquota efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	185.687	49.385
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	<u>(63.134)</u>	<u>(16.791)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Juros sobre capital próprio	16.963	811
Incentivo fiscal (*)	10.116	8.432
Outras diferenças permanentes	(1.217)	5.846
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(37.272)</u>	<u>(1.702)</u>
Alíquota efetiva	20%	3%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

23.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(30.638)	272.603	241.965
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	944		944
Contratos de concessão (b)		34.082	34.082
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(29.694)	306.685	276.991

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão que estão sendo recuperação desde 2021.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

24 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	148.413	47.683
Denominador:		
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício	494.932	476.001
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,299	0,100

25 Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância Segurada
Riscos operacionais	450.000
Total	450.000

26 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$7.161 e R\$7.046, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.659	3.556
Encargos sociais	943	1.518
Bônus	2.559	1.972

Notas Explicativas*Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Total		7.161	7.046
--------------	--	--------------	--------------

27 Instrumentos financeiros**27.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Hierarquia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5	2	53.644	60.198	53.644	60.198
Total			53.644	60.198	53.644	60.198
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	27.277	6.981	27.277	6.981
Contas a receber de clientes	6	2	27.140	25.167	27.140	25.167
Fundos vinculados – caixa restrito	5	2	58.367	62.348	58.367	62.348
Total Ativo			112.784	94.496	112.784	94.496
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	11	2	132	2.534	132	2.534
Contas a pagar - partes relacionadas	17	2	1.046	219	1.046	219
Empréstimos e Financiamentos	12	2	572.887	605.825	572.887	605.825
Debêntures	13	2	485.258	472.016	472.537	472.016
Outros passivos			3.736	500	3.736	500
Total Passivo			1.063.059	1.081.094	1.050.338	1.081.094

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelo contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$27.140.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) Financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
Fornecedores	3.714	-	-	-
Empréstimos	42.395	43.834	47.415	439.243
Debêntures	26.841	20.556	23.305	428.675
Total	<u>72.950</u>	<u>64.390</u>	<u>70.720</u>	<u>867.918</u>

27.2 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI (que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras), de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 12,50% ao ano, para o IPCA, é de 5,39% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2022 é de 7,37% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Total</u>	<u>Cenário</u>		
			<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Caixa e equivalentes	Redução CDI	27.277	3.410	2.557	1.705
Títulos e valores mobiliários	Redução CDI	53.644	6.705	5.029	3.353
Fundos restritos	Redução CDI	58.367	7.296	5.472	3.648
Instrumentos financeiros ativos		<u>139.288</u>	<u>17.411</u>	<u>13.058</u>	<u>8.706</u>
Empréstimos e Financiamentos	Aumento TJLP	572.887	42.222	31.666	21.111
Debêntures	Aumento IPCA	472.537	25.470	19.102	12.735
Instrumentos financeiros passivos		<u>1.045.424</u>	<u>67.692</u>	<u>50.768</u>	<u>33.846</u>

28 Transação não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de março de 2022, sem modificação.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão

Veja a nota explicativa 3.8 (a) (ii) das demonstrações financeiras

Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 2.411.147 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de contrato da concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Durante o exercício de 2022 o valor dessa contraprestação variável reconhecida foi de R\$ 33.553 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável e ao grau de julgamento para a determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer, foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

(i) Revisão dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;

- (ii) Comparação do IPCA mensal utilizado pela Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados de inflação oficiais;
- (iii) Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e
- (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço do contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações das demonstrações financeiras padronizadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 01 de março de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 01 de março de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações